

CIÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PESQUISA CIDADÃ TRANSFORMADORA, ACESSIBILIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO¹

Márcia Denise Pletsch²

Mariana Corrêa Pitanga de Oliveira³

Izadora Martins da Silva de Souza⁴

Kelly Maia Cordeiro⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a trajetória do Grupo de Pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional como espaço formativo compartilhado e coletivo, tendo como base três linhas orientadoras: a acessibilidade como Direito Humano; o desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural; e a divulgação científica e tecnológica na área e modalidade de ensino da Educação Especial. Para tal, dialoga-se com dados de parte das pesquisas e das ações locais produzidas ao longo de 15 anos de existência do grupo, em diferentes instâncias, na perspectiva da política de inclusão. O texto traz: uma breve historicidade sobre o Grupo de Pesquisa, as condições e as possibilidades de investigação; a acessibilidade e suas dimensões como Direito Humano; e o desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural. Nas considerações finais, aborda-se a ciência cidadã transformadora atrelada à divulgação científica e tecnológica na Educação Especial promovida pelo Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação Especial. Pesquisa cidadã transformadora. Pesquisa colaborativa.

SCIENCE IN SPECIAL EDUCATION: TRANSFORMATIVE CITIZEN RESEARCH, ACCESSIBILITY AND HUMAN DEVELOPMENT

ABSTRACT

This article aims to discuss the trajectory of the Special Education and Educational Inclusion Observatory Research Group as a shared and collective training space, based on

¹ Financiamento: CNPQ e FAPERJ

² Doutora em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/ Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (IM) da UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Coordenadora Geral do Grupo de Pesquisa ObEE. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0487>. E-mail: marciadenisepletsch@gmail.com

³ Doutora em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (IM) da UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa ObEE. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-7965-4095>. E-mail: marianapitanga@ufrj.br

⁴ Doutora em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/ Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (IM) da UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Integrante da equipe de coordenação do comitê gestor do Grupo de Pesquisa ObEE. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-2760-4659>. E-mail: izadorasouza15@ufrj.br

⁵ Doutora em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (IM) da UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Integrante da equipe de coordenação do comitê gestor do Grupo de Pesquisa ObEE. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-4711-8271>. E-mail: kelly.maia@ufrj.br

three guidelines: accessibility as a Human Right; human development from a historical-cultural perspective; and scientific and technological dissemination in the area and teaching modality of Special Education. To this end, a dialog with data from part of the research and local actions produced over the 15 years of the group's existence is carried out, in different instances, from the perspective of the inclusion policy. The text provides: a brief history of the research group, the conditions and possibilities of investigation; accessibility and its dimensions as a Human Right; and human development from a historical-cultural perspective. In the final considerations, it is addressed the transformative citizen science linked to scientific and technological dissemination in Special Education promoted by the Observatory of Special Education and Educational Inclusion.

Keywords: Accessibility. Special Education. Transformative citizen research. Collaborative research.

CIENCIA EN EDUCACIÓN ESPECIAL: INVESTIGACIÓN CIUDADANA TRANSFORMADORA, ACCESIBILIDAD Y DESARROLLO HUMANO

RESUMÉN

Este artículo tiene como objetivo discutir la trayectoria del Grupo de Investigación Observatorio de Educación Especial e Inclusión Educativa como espacio de formación compartido y colectivo, teniendo como base tres líneas orientadoras: la accesibilidad como Derecho Humano; el desarrollo humano en la perspectiva histórico-cultural; y la divulgación científica y tecnológica en el área y modalidad de enseñanza de la Educación Especial. Para ello, se dialoga con datos de partes de las investigaciones y de las acciones locales producidas a lo largo de los 15 años de existencia del grupo, en diferentes instancias, desde la perspectiva de la política de inclusión. El texto trae: una breve historicidad sobre el grupo de investigación, las condiciones y las posibilidades de la investigación; la accesibilidad y sus dimensiones como Derecho Humano y el desarrollo humano en perspectiva histórico-cultural. En las consideraciones finales, se aborda la ciencia ciudadana transformadora vinculada a la divulgación científica y tecnológica en Educación Especial promovida por el Observatorio de Educación Especial e Inclusión Educativa.

Palabras clave: Accesibilidad. Educación Especial. Investigación ciudadana transformadora. Investigación colaborativa.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a atuação de grupos de pesquisa na contemporaneidade implica dialogar com os avanços acadêmico-científicos e com a pesquisa colaborativa e coletiva na produção do conhecimento. Sob a óptica formativa e sistemática, consideramos que as estratégias nos grupos de pesquisa em educação não devem evidenciar uma única expressão de relação teoria-prática, mas tem cada vez mais nos instigado a produzir ciência com maior inclusão e participação das pessoas envolvidas na pesquisa.

Verifica-se que essa perspectiva de produção científica tem crescido em nível internacional e, segundo a filósofa Isabelle Stengers (Bottallo, 2024), é urgente produzirmos novas formas de ciência, menos acelerada e “[...] fazer ciência mais inclusiva e voltada à tarefa de melhorar a vida de todos como sociedade”. Em atenção a essa questão, o Grupo de Pesquisa (GP) Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE)⁶ defende as premissas de uma ciência cidadã transformadora (Pletsch, 2023), as quais dialogam com o ensino, a pesquisa e a extensão sem deixar de considerar perspectivas teóricas globais e suas reinvenções localmente.

Diante disso, a proposta deste artigo é apresentar e discutir a trajetória do GP ObEE como espaço formativo compartilhado e coletivo, tendo por bases orientadoras a acessibilidade em suas diferentes categorias como Direito Humano e o desenvolvimento humano pautado na perspectiva histórico-cultural, assim como divulgação científica e tecnológica em Educação Especial. No Brasil, a Educação Especial é entendida como uma modalidade de ensino transversal que perpassa desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, mas é também um campo de produção científica que produz conhecimento, sobretudo para efetivar os processos de inclusão educacional (Pletsch, 2020).

Nesse contexto, o GP ObEE desenvolve estudos, pesquisas e produtos envolvendo a acessibilidade na perspectiva da política de inclusão educacional com base nos Direitos Humanos. Suas iniciativas abrangem o público da Educação Especial que corresponde aos estudantes com deficiência, estudantes com Transtorno Global do Desenvolvimento e estudantes com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008). Ao destacarmos a inclusão educacional, reivindicamos o direito dos sujeitos ao “[...] acesso à educação, participar das atividades educativas e aprender de modo significativo” (Pletsch, 2020, p. 63). Isso envolve a convivência com a diversidade cultural em todos os níveis e em todas as etapas de ensino.

O ObEE se caracteriza como espaço formativo compartilhado que envolve múltiplos atores sociais, áreas de conhecimento, dimensões investigativas e redes

⁶ Mais informações sobre o GP estão disponíveis em seu *site* oficial: <https://obee.ufrj.br/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

colaborativas. O grupo é constituído por estudantes de graduação em Pedagogia (1) e Licenciatura em Educação Especial (1); por mestrandos (3) e doutorandos (11) em Educação; e por profissionais da Educação Básica da Baixada Fluminense em sua maioria doutores (13) e mestres (11), região em que se localiza a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

É importante destacarmos de onde falamos, visto que a Baixada Fluminense é a segunda maior região metropolitana do Brasil, composta por cerca de 4.000.000 de brasileiros e formada por 13 municípios, sendo um dos territórios com maiores problemas sociais do país, 11 dos 13 municípios da Baixada Fluminense ficaram na lista das 15 piores redes municipais de ensino do Estado do Rio de Janeiro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2018. Além disso, os municípios que constituem essa região apresentam desigualdade de aprendizagem na síntese dos dados do Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA), de 2022 (Pletsch; Souza, 2024). É nesse contexto que o ObEE foi criado e tem realizado ações na perspectiva dos Direitos Humanos.

GRUPO DE PESQUISA ObEE: BREVE HISTORICIDADE, CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O GP ObEE foi criado em 9 de abril de 2009, na UFRRJ, no Instituto Multidisciplinar, *campus* Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O ObEE é registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Laboratório Multiusuário Centro de Inovação Tecnológica e Educação Inclusiva (CITEI), registrado e aprovado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Comunicação (MCTI)⁷. Sua estrutura física está localizada no Instituto Multidisciplinar – *campus* da UFRRJ/Nova Iguaçu. A sua gestão se dá por meio de um comitê gestor formado pela coordenação geral e adjunta do grupo e pesquisadores que integram a área de Educação Especial na UFRRJ.

Importante mencionarmos que o ObEE foi criado sem qualquer infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa e extensão.

⁷ Mais informações disponíveis em: <https://pnipe.mctic.gov.br/laboratory/11486>. Acesso em: 4 fev. 2024.

Suas atividades ocorriam no pátio de uma escola pública de Nova Iguaçu que era usada para as instalações iniciais do Instituto Multidisciplinar. Sob coordenação geral da Professora Doutora Márcia Denise Pletsch, ao longo dos 15 anos de sua criação, tem atuado na formação científica de seus integrantes, sobretudo dos estudantes de graduação e pós-graduação do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ.

O Instituto Multidisciplinar tornou-se uma referência local, tendo em vista seu grande impacto social, já que se encontra na primeira Universidade Federal da Baixada Fluminense. A maior parte do seu corpo discente é de classe trabalhadora, que realiza cursos de graduação no período noturno, sendo a maioria os primeiros de suas famílias a ingressarem na educação pública superior (Martins, 2013). A história do GP ObEE se dá a partir dessa premissa de condições e de possibilidades na construção de um espaço formativo compartilhado.

O foco das ações de pesquisa e extensão do ObEE têm sido investigar as dificuldades, os caminhos e as condições para atender à política de inclusão educacional, desenvolver recursos e estratégias de acessibilidade, seja na Educação Básica, seja na Educação Superior. Nos últimos anos, os maiores investimentos têm sido realizados no desenvolvimento de pesquisas e recursos de comunicação alternativa presentes na área da Tecnologia Assistiva (TA)⁸. Igualmente tem desenvolvido pesquisas sobre a inclusão e a acessibilidade digital com desenvolvimento de plataformas acessíveis. Também tem atuado em pesquisas sobre a acessibilidade curricular, as estratégias educacionais com base no Desenho Universal na Aprendizagem (DUA) e os processos de ensino e de aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual, deficiência múltipla e Síndrome Congênita do Zika Vírus (Araújo, 2021; Gonçalves, 2023; Rocha, 2018; Santos, 2021; Souza, 2018).

Sobre a formação inicial e continuada de professores, as pesquisas se cruzam com as políticas educacionais e a formação inicial docente e reforçam a necessidade de mais interpelações nessa direção (Almeida, 2016; Araújo, 2016). Visando uma

⁸ TA – área de conhecimento interdisciplinar que engloba recursos, estratégias e serviços para promover a funcionalidade relacionada à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. São imensuráveis as possibilidades desenvolvidas pela TA, a qual abrange as diversas categorias da acessibilidade, desenvolvendo projetos que ampliam a participação da pessoa com deficiência na sociedade (Bersch, 2008).

mudança nas práticas educativas, a relação entre o currículo escolar se insere na abordagem em direção ao trabalho colaborativo entre professores e a mediação pedagógica (Avila, 2015; Campos, 2016; Oliveira, 2016).

O ObEE teve atuação política importante para a criação da Licenciatura em Educação Especial na UFRRJ, primeira na rede pública federal do estado do Rio de Janeiro. Ademais, teve a iniciativa da primeira Especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica em uma parceria público-público entre a UFRRJ e a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ).

Tais articulações têm sido realizadas por meio do Fórum Permanente de Educação Especial na perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense, criado em 2015 no âmbito do ObEE. O Fórum conta atualmente com a participação de 12 gestores municipais de Educação Especial e pesquisadores das duas universidades públicas da região: a UFRRJ e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), *campus* Duque de Caxias.

A partir dessas breves considerações sobre a criação e a estrutura do ObEE, apresentamos, nos tópicos a seguir, ações de pesquisa e extensão realizadas bem como reflexões sobre o desenvolvimento humano que norteiam suas linhas de investigação.

ACESSIBILIDADE E SUAS CATEGORIAS COMO DIREITO HUMANO

O princípio da acessibilidade como Direito Humano se insere como tema de estudo e pesquisa no ObEE, na linha de pesquisa intitulada e cadastrada no CNPq como: “Tecnologia, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência”. Essa linha tem como objetivo desenvolver investigações e conteúdo em Educação Especial, tecnologia e TA, tendo a acessibilidade como ação transversal desse fazer.

A acessibilidade coloca-se na sociedade de forma dinâmica, sendo interpretada e reinterpretada por diferentes áreas a partir dos movimentos culturais e de pesquisas. Temos na atualidade o avançar da temática para além da esfera urbanística e arquitetônica, expandindo-se para diferentes contextos sociais e educacionais. Está em constante movimentação na sociedade, tendo em vista as mudanças e as barreiras tecnológicas de baixa e alta complexidade (Souza, 2023).

Em atenção a esse entendimento, em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho (Brasil, 2015), mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Nesse documento, a acessibilidade é destacada como princípio da inclusão relacionando-a às ações propositivas para eliminação de barreiras impeditivas para a participação da pessoa com deficiência na sociedade. Na LBI, em seu Art. 3º, alínea I, considera-se acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, p. 2).

Sendo um conceito central para discussões contemporâneas, e que não se relaciona apenas às pessoas com deficiência, mas, sim, a uma sociedade inclusiva, as pesquisas desenvolvidas pelo ObEE procuram alargar o conhecimento desse tema de forma pública e contribuir nos ambientes educacionais para a formação docente e na participação dos estudantes público da Educação Especial. Olhando para as ações desenvolvidas, podemos destacar três pesquisas recentes que investigam a acessibilidade nos contextos digitais de ensino iniciadas a partir da pandemia da covid-19, no ano de 2020. Nesse período, o contexto educacional ocorreu no formato *online*, fazendo com que estudantes de todos os níveis utilizassem em maior escala a internet para seus estudos.

Na intensificação dos usos da internet para atender às demandas educacionais, três pesquisas desenvolvidas no ObEE se voltaram ao tema da acessibilidade digital. O estudo realizado por Tomaz (2022) buscou compreender a acessibilidade de estudantes surdos e com deficiência auditiva durante o período de aulas *online*. Souza (2023) traz a reflexão quanto à participação plena da pessoa com deficiência nos ambientes digitais. Gonçalves (2023), por sua vez, aborda a acessibilidade digital na Educação a Distância (EaD) em um curso de especialização em ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Apesar de vieses distintos, as pesquisas enfatizam os avanços quanto ao acesso aos meios digitais da internet, garantidos a partir de protocolos inseridos

em: padrões à construção de *sites*; aplicativos e conteúdo multimídia/hipermídia; uso de *software* para a interação, considerando a demanda específica do usuário; e políticas públicas para que os ambientes sejam acessíveis. Contudo, Tomaz (2022), Souza (2023) e Gonçalves (2023) destacam que essas ações não comportam toda a diversidade que a acessibilidade digital demanda, tampouco consideram a legislação vigente a respeito da garantia de direito à acessibilidade digital (Brasil, 2015).

Ampliando as reflexões do GP ObEE sobre o tema, as pesquisas revelam que: i) a participação ampla da pessoa com deficiência nos ambientes digitais, compreende desde o acesso à circulação com autonomia e independência em plataformas e mídias digitais, para o lazer, educacional, saúde, objetos e outros (Souza, 2023); ii) além dos componentes especificamente técnicos do sistema, para a idealização de um AVA requer que seja implementado planejamento técnico-pedagógico, com objetividade e intencionalidade para que todos os estudantes possam estar em igualdade de oportunidades (Gonçalves, 2023); iii) isso envolve olhar para os apoios e recursos, como o uso da TA, para participação e garantia da acessibilidade digital (Tomaz, 2022).

Além da acessibilidade digital, metodológica e comunicacional trazidas em destaque, a acessibilidade atitudinal – ausência de barreiras constituídas pelo capacitismo – tem se projetado como a mais emblemática na sociedade. Em atenção a essa questão, o ObEE não somente busca desenvolver projetos na área da tecnologia, acessibilidade e inclusão, mas também propõe formações aos profissionais da educação, visando uma mudança atitudinal por meio da compreensão do desenvolvimento humano com base na perspectiva histórico-cultural, assunto tratado a seguir.

DESENVOLVIMENTO HUMANO COM BASE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Ao compreendermos a acessibilidade como um Direito Humano e base para o desenvolvimento, aproximamo-nos da linha de pesquisa “Linguagens, processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento humano”, registrada no CNPq. Por meio dessa linha, o grupo investiga as relações de ensino e as possibilidades de desenvolvimento humano e suas diferentes linguagens a partir da abordagem

histórico-cultural. Consideramos a abordagem histórico-cultural de Vigotski como premissa que, em suma, se preocupa com as possibilidades de desenvolvimento do sujeito, transpondo a condição biológica e ressaltando que a influência do contexto cultural em que ele vive e dos estímulos que ele recebe podem contribuir com um novo olhar para as possibilidades (Vigotski, 2012).

Trata-se, então, de uma opção teórico-metodológica que vem embasando os caminhos para a aprendizagem investigados em nossas pesquisas, por apresentar conceitos que ampliam as possibilidades de diálogo e produção de conhecimentos com os sujeitos. Aqui, destacamos dois projetos de pesquisa já finalizados que trabalharam com esses conceitos: 1) Observatório da Educação – A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem; e 2) Escolarização e desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual e múltipla na Baixada Fluminense. Nessas e outras ações do ObEE, o desenvolvimento humano é percebido para além de sua dimensão biológica, proporcionando o diálogo entre a mediação pedagógica e a aprendizagem e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Nas pesquisas e nas ações extensionistas do ObEE, a mediação desempenha um papel decisivo, pois ela resgata as significações internalizadas pelos sujeitos a partir das experiências culturais. Sob essa concepção, a mediação pedagógica pode apontar caminhos para afetar os sentidos e os significados que emergem das experiências das pesquisas sobre/com o público da Educação Especial e seu processo de ensino, aprendizagem e interação com outras formas de representação do mundo. Segundo Vigotski (2007), a construção do conhecimento se fundamenta a partir da necessidade de interação social.

Dito isso, consideramos relevante mencionar que, em nossos cursos de formação continuada para professores, apresentamos os estudos de Vigotski sobre as funções psicológicas superiores e os processos de significação como referencial teórico norteador das ações para mediação pedagógica, a aprendizagem e o desenvolvimento humano. Para exemplificar, destacamos dentre eles: “Processos de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência intelectual”; “Ensino e aprendizagem para estudantes com deficiência: estratégias curriculares e recursos tecnológicos”; e “Programa de formação continuada para profissionais de educação de Duque de Caxias para atuação com crianças com síndrome congênita do Zika

Vírus”. Os relatórios e os resultados de pesquisas apontam uma significativa mudança na compreensão conceitual e atitudinal dos docentes, especialmente das redes públicas de ensino da Baixada Fluminense.

Nesse prisma, por meio da significação eu-outro estabelecida nas relações sociais, os sentidos e os significados da abordagem histórico-cultural atrelam-se às perspectivas dos sujeitos partícipes das pesquisas desenvolvidas pelo grupo. Ao longo de nossos estudos (projetos, teses e dissertações), o enfoque histórico-cultural propiciou também a observação e a análise da gênese dos processos observados e da análise semiótica, bem como a importância do contexto da pesquisa não como uma cena, mas, sim, como um processo em movimento contínuo (Vigotski, 2004).

O ObEE também se apropria dessa perspectiva pela base metodológica. De acordo com Freitas (2002, p. 27), a pesquisa qualitativa orientada pela abordagem histórico-cultural tem como foco “[...] a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, [...] se vai ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento”. Embasados por essas reflexões, norteamos nossas investigações nos apropriando do referencial histórico-cultural também como método para fundamentar as análises a respeito do desenvolvimento humano. Isso posto, cabe ressaltarmos que, apesar de não aplicarmos em nossos estudos o método instrumental tal como Vigotski o fez, seus princípios orientam a organização metodológica das investigações desenvolvidas.

Fundamentalmente, nas pesquisas realizadas pelo ObEE, também observamos a importância da linguagem na constituição e na subjetividade humana, para além de sua dimensão comunicativa, e que se dá inserida em um tempo histórico e é influenciada por aquele contexto sociocultural específico. Enfatizam-se aspectos teóricos que são fundamentais para a construção de novas ideias e perspectivas sobre a inclusão educacional e a pluralidade cognitiva, considerando os seres humanos como sujeitos histórico-culturais e as relações entre desenvolvimento humano e deficiência.

Ao analisarmos os estudos desenvolvidos pelo GP, embasados pela perspectiva histórico-cultural e seus interlocutores, os dados apontam que compreender a pesquisa como um movimento coletivo de construção do conhecimento propicia a atividade criadora humana em um processo de aprendizagem significativa e colaborativa.

Os cenários pesquisados pelo ObEE, dentre eles escolas da rede pública de ensino, Universidades, cursos de formação continuada de professores, presenciais e a distância, refletem os diferentes “palcos”, como retrata Vigotski ao mencionar o drama e os suplícios da criação, ao longo de sua vasta produção. Esses espaços, repletos de vivências do sofrimento presente nos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo suas linguagens e possibilidades, contribuem na elaboração de novas perspectivas epistemológicas de produzir ciência em educação com impacto social.

Refletindo sobre as vivências do/com o/no GP ObEE e sua inserção social, interpretamos a ideia de vivência/*perejivanie* como um conceito que perpassa a perspectiva histórico-cultural e suas implicações nas/das relações de ensino. Vigotski (2018) afirma que o mesmo deve ser utilizado para compreender o papel do ambiente no desenvolvimento. Em suas palavras: “Vivência é uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, e, por outro lado, como eu vivencio isso” (Vigotski, 2018, p. 78). O conceito de vivência (*perejivanie*) reflete a unidade afeto-intelecto. Nas palavras de Oliveira e Pletsch (2022, p. 63):

Ressaltamos que as vivências, compreendidas como papel do meio/ambiente no desenvolvimento humano, atuam/atuaram como fonte de desenvolvimento, pois este está na relação interpessoal. Por isso, o foco na interação/colaboração ao longo das pesquisas. Nesse movimento plural e dialético, repleto de marcas de aprendizagem e indícios de desenvolvimento, apontamos que é possível fazer um trabalho educacional com os sujeitos independente da diversidade e pluralidade cognitiva e social e, mais do que isso, que é por meio da diversidade que construiremos uma educação inovadora, capaz de proporcionar bases sólidas para as possibilidades de criação.

Diante de tais aspectos, defendemos a colaboração/interação entre os sujeitos da pesquisa e com a diversidade presente nos cenários pesquisados como possibilidade de aprendizagem por meio do afeto. Além disso, as vivências desenvolvidas no âmbito do ObEE, entrelaçadas à memória, à imaginação e à linguagem em um ambiente inclusivo, afetam as potencialidades de desenvolvimento para todas e todos.

No ObEE, consideramos que as experiências e as vivências dos sujeitos participantes dão sentido à educação. Estão presentes no ato educativo os

diferentes marcadores sociais em que as pessoas estão inseridas, tais como: deficiência, raça, gênero e condições sociais. Defendemos como princípio norteador a defesa da pluralidade cognitiva e sua interseccionalidade analítica como premissa para a inclusão educacional e o desenvolvimento inerente ao humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível verificar ao longo deste artigo, o Grupo de Pesquisa ObEE tem uma preocupação central em suas investigações: afetar a realidade social em que está inserido. Por isso, tem dedicado parte de suas investigações para desenvolver metodologias colaborativas e participantes com os atores dos territórios investigados, tomando como base as premissas da Ciência Cidadã e da Pesquisa Ativista Transformadora (em inglês *Transformative Activist Stance* - TAS), principalmente a partir das indicações de autores como Anna Stetsenko (da Universidade de Nova Iorque). Suas premissas sugerem que as pesquisas são engajadas e comprometidas com a transformação social (Stetsenko, 2021; Vianna; Stetsenko, 2021).

Com base nisso, foi criado no ObEE, em 2023, a linha de pesquisa “Divulgação científica e tecnológica em Educação Especial”, que consiste em desenvolver estratégias, planos e ações destinados à divulgação e à popularização do conhecimento científico e tecnológico produzido na área de Educação Especial para o desenvolvimento educacional e social prioritariamente na Baixada Fluminense. Pauta-se na construção de metodologias de investigação científica que envolvam a participação e o engajamento de pessoas com deficiência, suas famílias, gestores públicos e sociedade civil, tomando como base a ciência cidadã transformadora cunhada por Pletsch (2023).

Em outros termos, os projetos de pesquisa são realizados de forma colaborativa e são resultado da realização de uma agenda coletiva no contexto no qual o conhecimento é produzido e validado por sua relevância dentro de projetos que capacitam os participantes como agentes de transformação (Stetsenko, 2021). É nessa direção que temos trabalhado com a ideia de pesquisa cidadã transformadora para desenvolver metodologias e ações de divulgação científica e tecnológica com os resultados das investigações que temos desenvolvido, focando na ideia de ampliar a inclusão e melhorar a vida dos participantes dos projetos.

Temos defendido, assim como abordado por Pletsch e Souza (2021), que partilhar o *corpus* da análise com os outros sujeitos envolvidos no processo (professores, gestores, alunos, entre outros) é uma premissa ética e uma forma de validar socialmente o estudo. Assim sendo, defendemos que a devolutiva da pesquisa é parte constitutiva da ética e da transparência com os participantes em pesquisas que desenvolvemos no ObEE.

Adotamos diferentes estratégias como publicizar os relatórios com resultados das pesquisas e projetos de extensão produzidos, assim como validamos e envolvemos os usuários na validação de produtos criados (como aplicativos, materiais didáticos, recursos de TA etc.). O ObEE também tem realizado audiências públicas e reuniões técnicas para divulgar os achados de suas pesquisas.

Para finalizar, cabe dizermos que o ObEE está atento ao debate sobre ética na produção científica na área de Humanas. Para tal, tem acompanhado os debates promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que instituiu uma comissão própria e que tem produzido um conjunto de orientações que fomentam o debate da ética na pesquisa como integrante de todas as suas etapas: na intenção de realizar uma investigação, no projeto, na escolha do referencial teórico-metodológico, na produção dos dados, na análise e interpretação dos dados, na redação do relatório, na publicação, na devolutiva e nas ações de pesquisa (Pletsch; Souza, 2021).

Tomando essas premissas como base, o Grupo de Pesquisa ObEE tem se consolidado como um importante grupo na produção científica, principalmente regional e estadual, respondendo a demandas trazidas pela sociedade, em particular pelas redes de ensino que integram o Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense. As investigações e atividades de extensão do ObEE têm contribuído para o desenvolvimento de políticas educacionais e de formação de professoras e de professores e práticas pedagógicas mais inclusivas, com participação das pessoas com deficiência. Igualmente, tem ampliado o desenvolvimento de recursos e estratégias de acessibilidade para o público da Educação Especial na Educação Básica e na Educação Superior com ações de divulgação científica e tecnológica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tamara França. **Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense**. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.
- ARAÚJO, Daniele Francisco de. **Formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva na Baixada Fluminense**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.
- ARAÚJO, Patrícia Cardoso Macedo do Amaral. **A chegada de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Educação Infantil: formação de professores e inclusão educacional**. 2021. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.
- AVILA, Leila Lopes. **Planejamento educacional individualizado (PEI) para pessoas com deficiência intelectual na rede municipal de educação de Duque de Caxias (2001-2012)**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- BERSCH, Rita. **Introdução às tecnologias assistivas: CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre: Assistiva, Tecnologia e Educação, 2008. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BOTTALLO, Ana. Filósofa questiona produtivismo científico e defende desacelerar ciência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2024/01/filosofo-questiona-produtivismo-cientifico-e-defende-desacelerar-ciencia.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial: um direito assegurado**. Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CAMPOS, Érica Costa Vliese Zichtl. **Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>

GONÇALVES, Simone Fernandes. **Avaliação de acessibilidade Digital do ambiente Moodle em um curso de especialização lato sensu em Educação Especial e Inovação Tecnológica**. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades Digitais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, 2023.

MARTINS, Danielle Viegas. **Estudar à noite e trabalhar de dia: desafios de quem deseja prosseguir com os estudos no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2013.

OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual à luz da perspectiva histórico-cultural: avaliação mediada e apropriação conceitual**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.

OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de; PLETSCHE, Márcia Denise. Por uma ciência do humano: a linguagem de computação em uma perspectiva inclusiva. **SISYPHUS**, Lisboa, v. 10, n. 3, p. 47-65, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.27545>

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira?. **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>

PLETSCH, Márcia Denise. **Formação de professores na contemporaneidade**. Palestra Ministrada no CBEE em 17 de novembro de 2023. Nova Iguaçu: CBEE, 2023. Material impresso.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Devolutiva da pesquisa em Educação aos participantes: princípios éticos e validação social. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.) **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Volume 2. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 41-46. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_v.2_agosto_2021.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Pedagogical innovation? Analysis of the use of an accessible digital textbook. **Cadernos CEDES**, Campinas, 2024. No prelo.

ROCHA, Maira Gomes de Souza da. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com deficiência múltipla**. 2018. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

SANTOS, Julinete Vieira da Fonseca. **Diálogos intersetoriais para a promoção da inclusão educacional e o desenvolvimento de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV)**. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

SOUZA, Izadora Martins da Silva de. **Desenho universal para a aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

SOUZA, Izadora Martins da Silva de. **Inclusão, Participação e acessibilidade digital para a pessoa com deficiência**. 2023. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

STETSENKO, Anna. Ético-ontopistemologia ativista: pesquisa e estudo de resistência. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.) **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Volume 2. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 20-30. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_v.2_agosto_2021.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

TOMAZ, Aline Pimenta Bazilio. **Acessibilidade digital e a participação de estudantes surdos ou com deficiência auditiva no ensino on-line na UFRRJ durante a pandemia do covid-19**. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades Digitais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2022.

VIANNA, Eduardo; STETSENKO, Anna. Compromisso e posicionamento: ética em pesquisa ativista transformadora. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.) **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Volume 2. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 31-40. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_v.2_agosto_2021.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique (1995). Madrid: Machado, 2012.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Sete aulas de L.S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia (1896-1934)**. Organização e tradução: Zoia Prestes; Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: EPapers, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Teoria e método em psicologia**. Tradução: Claudia Berliner. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Recebido em: 31 de janeiro de 2024.
Aprovado em: 15 de fevereiro de 2024.
Publicado em: 29 de fevereiro de 2024.

